



CC (FN) Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni
simioni@ciasc.mar.mil.br



A Missão das Nações Unidas no Sudão

Designados pela Portaria nº 330/SPA/MD, de 13 de março de 2009, para realizar as funções de Observadores Militares na Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), o Capitão-de-Corveta (FN) André Rodriguez de Freitas e o Capitão-de-Corveta (FN) Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni participaram da missão no período de 19/05/2009 a 18/05/2010.

Considerações Iniciais

A Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) foi autorizada pelo Conselho de Segurança (CS), por meio da Resolução 1590 de 24 de Março de 2005, em resposta a situação no país que constituía uma ameaça para a paz e a segurança internacional.

O conflito entre o Norte e o Sul do país, caracterizado pelo enfrentamento das Forças do Governo do Sudão (GoS), ao Norte, e pelo Movimento de Libertação do Povo do Sudão/Exército (SPLM/A), ao Sul, teve início em 1955, praticamente no mesmo período em que o país se tornara independente do domínio Inglês-Egípcio, em 01 de janeiro de 1956. De acordo com as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 2 milhões de pessoas perderam suas vidas nestes anos de conflito e mais de 600 mil fugiram do país como refugiados.

Em diversos momentos da história recente do Sudão, buscou-se, por meio da ajuda internacional, chegar-se a um acordo de paz entre o Norte e o Sul, mas nenhuma destas tentativas obteve sucesso. A partir de 1997, a comunidade internacional intensificou o apoio à iniciativa regional na busca pela paz no continente africano, gerenciada pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). O IGAD, após árduo trabalho na busca de promover a paz no Sudão, conseguiu, em 2002, grandes avanços neste sentido, o que culminou com a visita do Secretário-Geral da ONU no país, e a consequente assinatura do Protocolo de Machakos, em 20 de julho de 2002, na cidade de Machakos - Kênia, entre o GoS e o SPLM/A, sendo considerado o resultado da 1ª Rodada de negociações entre as partes, na busca por uma solução pacífica no país.

O Protocolo também norteou a confecção de uma série de Protocolos que fizeram parte da versão final do Amplo Acordo de Paz (CPA) estabelecido entre o GoS e o SPLM/A. Este Acordo foi assinado em 09 de janeiro de 2005 na cidade de Nairobi - Kênia, finalizando, formalmente, o mais longo período de guerra civil no continente africano.

O Protocolo ditou ainda os princípios e procedimentos que guiarão o desenvolvimento político do país até o referendium popular para as pessoas do Sul do Sudão, a ser realizado no mês de janeiro de 2011, o qual irá determinar se a Região Sul continuará fazendo parte do Sudão, votando pela adoção do sistema de governo estabelecido no CPA ou votando pela secessão¹.

1 De acordo com a matéria publicada no jornal *Sudan Tribune*, em 25 de agosto de 2009, estima-se que mais de 90% da população do Sul vote pela secessão em 2011.

Categorização da Missão de Paz no Sudão

A UNMIS é categorizada como sendo uma missão de “Manutenção da Paz” (*Peacekeeping*)², conduzida sob a égide do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Isto significa que a solução dos conflitos é buscada por meio de uma variedade de medidas pacíficas, incluindo a negociação, a investigação, a mediação, a conciliação, a arbitragem e a solução judicial. Desta forma, a Carta estabelece que o CS está autorizado a convocar as partes para resolver as suas disputas por meios pacíficos.

A UNMIS foi idealizada para permanecer no Sudão por um período de sete anos, compreendendo o “pré-período de transição” de 6 meses (09 de janeiro 2005 a 8 de julho de 2005); um “período de transição” de 6 seis anos (9 de julho de 2005 a 8 de julho de 2011) e; seis meses posteriores a este período, referente à “fase-final”.



Figura 1: Setores da UNMIS
Fonte: UNMIS, 2006

2 As Operações das Nações Unidas (NU) podem ser categorizadas da seguinte forma: Diplomacia Preventiva; *Peacemaking* (construção da paz); *Peacekeeping* (manutenção da paz); *Peace-enforcement* (imposição da paz); e *Peace-building* (consolidação da paz).

Mandato

O Mandato é um documento específico para cada missão de paz das Nações Unidas e está contido na Resolução do CS que aprovou a execução da missão. Este documento constitui a autoridade legal sob a qual a missão está operando e irá definir claramente quais são os seus objetivos, podendo ser periodicamente atualizado pelo CS, caso as circunstâncias alterem ao longo da missão³.

No caso específico da UNMIS, a principal tarefa das Nações Unidas no Sudão é o de apoiar o GoS e o SPLM/A na implementação do CPA. As tarefas definidas no Mandato da UNMIS foram: apoiar a implementação do Amplo Acordo de Paz assinado pelas partes; facilitar e coordenar, dentro das capacidades e das áreas em que estiver posicionada no país, o retorno voluntário dos refugiados e deslocados⁴, bem como prestar assistência humanitária; assistir ambas as partes com ações de desminagem; e contribuir, por meio da ajuda internacional, na proteção e promoção dos Direitos Humanos no Sudão, bem como coordenar os esforços internacionais na proteção dos civis, com particular atenção aos grupos considerados mais vulneráveis, como os deslocados, refugiados, mulheres e crianças.

O Acordo de Segurança

O Acordo de Segurança entre o Norte e o Sul do país, assinado em 25 de setembro de 2003, em Naivasha – Kênia, teve o propósito de finalizar, formalmente, o longo período de guerra entre o GoS e o SPLM/A, bem como regular as Forças Armadas do país durante o pré-período de transição e o período de transição, com base nos seguintes princípios: respeito mútuo de cessar-fogo; resolução das divergências por meio do diálogo e da política; promoção de um governo democrático; liberdade de movimento das pessoas e serviços por todo o Sudão; e cessar todo e qualquer tipo de hostilidade entre as partes.

Os principais acordos tratados neste capítulo versam sobre a redistribuição das Unidades Militares tanto das Forças Armadas do Sudão (SAF) quanto do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA) pelo território; a formação da Unidade Conjunta Integrada (JIU) por membros de ambas as Forças; criação de mecanismos para monitorar o cessar-fogo e as questões que envolvem os Outros Grupos Armados (OAG) existentes no país. Além disso, estabelece o início do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), bem como o processo de reconciliação. O acordo também lista algumas atividades militares que serão consideradas permissivas e outras que serão consideradas como violação do Acordo de Paz.

3 Um Mandato deve especificar os seguintes tópicos: a missão e o papel da operação de paz; as tarefas e funções da Força da missão; o tamanho e a organização da Força da missão; a agência líder responsável pela missão; os arranjos financeiros e logísticos (orçamento e recursos); o tempo limite do mandato; e a divisão de responsabilidades entre as NU e as entidades regionais e nacionais.

4 A diferença básica entre refugiado e deslocado é que o refugiado movimentava-se para fora do país de origem, enquanto o deslocado movimentava-se dentro das fronteiras do país devido a questões políticas, religiosas, militares ou quaisquer outros problemas.

O capítulo reconhece três Forças Armadas no Sudão: a SAF, o SPLA e a JIU. A SAF e o SPLA irão se manter separadas durante todo o pré-período de transição, como durante o período de transição. As três Forças Armadas serão regulares, profissionais e não politizadas. As Unidades da SAF e do SPLA serão redistribuídas dentro do território, de acordo com um quadro temporal específico, de tal forma que a fronteira de 01/01/1956, que estabelece a fronteira entre o Norte e o Sul do Sudão, seja respeitada. Ou seja, todas as tropas da SAF serão movimentadas para o norte da fronteira 01/01/1956, enquanto as tropas do SPLM serão movimentadas para o sul desta linha.

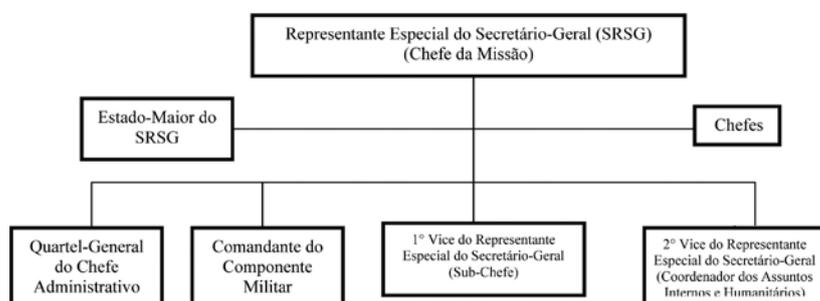
Durante o período de transição, serão formadas as JIUs, as quais serão constituídas por integrantes da SAF e da SPLA, respeitados os mesmos efetivos de cada Força. As JIUs constituirão o núcleo do Exército pós-referendum, caso este resulte na confirmação da Unidade do Sudão. Caso contrário, estas Unidades serão dissolvidas e seus componentes reintegrarão suas Forças de origem. As JIU serão controladas por um Conselho Integrado de Defesa (JDB), sendo este subordinado à Presidência⁵.

No que concerne à situação dos OAG, o capítulo estabelece que os Grupos que tiverem o desejo e qualificação técnica deverão ser incorporados pelas Forças Armadas ou outras instituições do governo (como polícias, sistema carcerário, etc), enquanto o restante deverá ser reintegrado à sociedade civil.

Este documento representou, ainda, um marco no fim das hostilidades entre a SAF e o SPLA, pois estabeleceu a criação da Comissão Política de Cessar-Fogo (CPC); o Comitê Militar Integrado de Cessar-fogo (CJMC); o Comitê Militar Integrado de Áreas (AJMC); e as Equipes Militares Integradas (JMTs) de verificação do cessar-fogo.

Estrutura Organizacional da UNMIS

A estrutura organizacional mais ampla da UNMIS está representada abaixo:



Fonte: UNMIS, 2009 (tradução autor)

A UNMIS conta com o apoio de civis e militares de 68 países, distribuídos pelos componentes civil, militar e policial. O componente militar é composto por 483 observadores militares, 183 oficiais que compõem o Estado-Maior e 8.599 soldados da Força de Proteção. O Quartel-General

5 As Forças da JIU serão reorganizadas de forma a atender os seguintes efetivos autorizados: - Sudão do Sul: 24.000; Estado de Kordofan do Sul: 6.000; Estado do Nilo Azul 6.000; Khartoum: 3.000.



Foto 1 - Avaliação da Segurança no Sudão. Fonte: autor, 2009.

está localizado em Khartoum, capital do país, e a Base Logística em El Obdeid. Além destas instalações, a tropa foi distribuída em seis setores, com bases regionais em Juba, Wau, Malakal, Kadugli, Ed Damazin e Abyei.

Tarefas dos Observadores Militares

O Observador Militar (UNMO) é o representante da ONU e da sua nação para cumprir as diversas tarefas no contexto de uma Operação de Paz. Em outras palavras, os UNMO são conhecidos por serem os “olhos” e os “ouvidos” do Secretário-Geral da ONU na área da missão. Na UNMIS, as tarefas atribuídas aos UNMO são: monitoramento das áreas de responsabilidade; realização de inspeções e verificações nas Unidades Militares do Sudão; cadastramento dos ex-combatentes no programa de Desarmamento, Demobilização e Reintegração (DDR); monitoramento da movimentação de tropas das partes beligerantes, dentro do setor de responsabilidade; monitoramento das atividades de Organizações Não-Governamentais (ONG), particularmente nos campos de refugiados; investigação de violações do CPA que envolvessem tropas; e representação da ONU durante



Foto 2 - Atividades Cívico-Social. Fonte: autor, 2010.

a negociação ou mediação entre os chefes militares em sua área de responsabilidade.

Atividade cívico-sociais

Durante a missão, foi realizada atividade cívico-social pelos três oficiais brasileiros (02 FN e 01 EB) sediados no Comando do Setor IV da UNMIS, em uma escola primária feminina no vilarejo de *Murtah*, Estado de Kordofan do Sul. Ao final, foi distribuído cerca de 600 livros e 700 cadernos; além de canetas, lápis, borrachas, quadros negros, apagadores e giz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República do Sudão**. Matéria elaborada pela Divisão da África III, 2005. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/sudao1.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in the Sudan**. S/2009/545. 21 de Outubro de 2009. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/567/81/PDF/N0956781.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

UNITED NATIONS MISSION IN SUDAN. **An Introduction to the Comprehensive Peace Agreement**. Sudan: UNMIS Public Information Office, [200-].

CC (FN) Maurilo de Souza Vilas Boas
maurilov@yahoo.com.br

O emprego dos Fuzis Antimaterial

Breve histórico

O emprego de equipes de atiradores de elite por tropas ao redor do mundo não é nenhuma novidade. Desde os tempos mais remotos, guerreiros tentaram se valer da camuflagem e armamentos especiais para, furtivamente, atingir os seus oponentes. Estes combatentes receberam as mais variadas denominações durante a sua história, entre

elas: franco-atirador¹, atirador de escol e, atualmente, são comumente chamados de caçadores (Brasil) ou *snipers*.

Muito conhecido ficou o épico combate travado na batalha por Stalingrado, posteriormente retratado no filme *Círculo de Fogo*. Nesse combate, o exímio atirador de elite russo Vassili Zaitsev, com o seu rifle Moisin-Nagant 91/30, foi capaz de abater, só em Stalingrado, 242 nazistas, dentre

¹ Tradução do termo francês “franco-tireur” que descrevia os civis que lutaram na Guerra Franco-Prussiana de 1870-71 portando armas de fogo e que não estavam sujeitos às regras da guerra.